

Atlântica Hospitais Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais em
31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais	13
Diretoria	28

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Atlântica Hospitais Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que incluem as Notas Explicativas, e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Atlântica Hospitais Participações S.A., doravante chamada de Sociedade, tem sede na Avenida Paulista, 1.450, São Paulo – SP. A Sociedade tem por objeto social a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

O resultado acumulado do exercício de 2025 foi de R\$ 26,410 milhões (Prejuízo de R\$ 24,187 milhões no exercício de 2024) e o patrimônio líquido somou R\$ 2,647 bilhões em dezembro de 2025 (R\$ 1,023 bilhão em dezembro de 2024).

Acordo de Investimento

O Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. (“Atlântica”), companhia voltada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A., esta última controladora do Grupo Bradesco Seguros, celebrou, um Acordo de Investimento com o grupo Rede D’Or São Luiz S.A. (“Rede D’Or”) para inclusão do Hospital Glória D’Or na rede hospitalar “Atlântica D’Or” (“Transação”), na data de 1 de setembro de 2025, e para inclusão da Maternidade São Luiz Star, localizada na cidade de São Paulo/SP, na data de 10 de novembro de 2025, expandindo assim a parceria celebrada com a Rede D’Or, divulgada ao mercado em 8 de maio e 1 de novembro de 2024 (“Parceria”), mantendo-se a estrutura societária existente, com participação de 50,01% para a Rede D’Or e 49,99% para Atlântica. A gestão médica do Hospital Glória D’Or será de responsabilidade da Rede D’Or.

Investimentos

As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do exercício, o montante de R\$ 2,826 bilhões (R\$ 1,288 bilhão em 2024).

Os Ativos Financeiros estão classificados na categoria valor justo por meio do resultado, conforme normas contábeis em vigor.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Atlântica Hospitais Participações do mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

Eventos Societários

Em 28 de março de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 150,000 milhões, aumentando de R\$ 1,128 bilhão, para R\$ 1,278 bilhão, com a emissão de 1.605.718.795 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Em 25 de novembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 1,448 bilhão, aumentando de R\$ 1,278 bilhão, para R\$ 2,725 bilhões, com a emissão de 15.048.849.463 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Controles Internos

A atribuição de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro, sustentável e controlado satisfatoriamente. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*.

Compliance

A Atlântica Hospitais Participações adota as melhores práticas, bem como observa o Código de Conduta Ética Setorial da Bradseg Participações S.A., suas ligadas e controladas. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas, conforme as governanças estabelecidas.

Gestão de Riscos

A Atlântica Hospitais Participações adota as melhores práticas de Gestão de Riscos, regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Privacidade e Segurança da Informação

Com o avanço, a expansão e a velocidade das transformações digitais, que potencializam ameaças cibernéticas, adotamos uma abordagem estratégica para assegurar a proteção de nossos ativos digitais e a resiliência das nossas operações que garantem a confiança de investidores e Parceiros de Negócios. Fundamentados em normas, processos, procedimentos e controles internos, promovemos a gestão da privacidade, segurança da informação e da cibersegurança, sempre supervisionada por instâncias estratégicas da governança corporativa da empresa. A principal finalidade é a prevenção de ameaças e vulnerabilidades, mitigação de riscos e ação imediata de recuperação em caso de incidentes.

Nesse contexto, aprimoramos continuamente nosso modelo de governança por meio da adoção de medidas preventivas e corretivas, mantendo o compromisso organizacional com os

princípios de disponibilidade, integridade do processamento, segurança, confidencialidade, autenticidade e privacidade. As iniciativas são conduzidas, garantindo a conformidade em todas as fases do ciclo de tratamento de dados. O foco está na melhoria contínua da qualidade, transparência das práticas, proteção de dados e fortalecimento da cultura organizacional de segurança da informação.

Os trabalhos referentes à Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Privacidade e Segurança da Informação são realizados pela Bradesco Seguros.

São Paulo, 27 de março de 2026.

Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais

**Aos Administradores e Acionistas da
Atlântica Hospitais Participações S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Atlântica Hospitais Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Atlântica Hospitais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

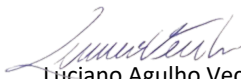
operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo com base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executados para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Luciano Agulho Vecchi
Contador CRC 1SP281259/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2025	2024
CIRCULANTE		254.178	122.372
Disponível		-	489
Bancos.....		-	489
Aplicações	4	249.018	117.848
Títulos e créditos a receber		5.160	4.035
Créditos tributários e previdenciários.....	5.a	5.148	4.035
Outros créditos		12	-
NÃO CIRCULANTE		2.599.926	1.177.833
Realizável a longo prazo		22.666	7.203
Títulos e créditos a receber		22.666	7.203
Créditos tributários e previdenciários.....	5.a	22.666	7.203
Investimentos		2.577.260	1.170.630
Investimentos em controladas e coligadas.....	6	2.577.260	1.170.630
TOTAL DO ATIVO		2.854.104	1.300.205
PASSIVO	Notas	2025	2024
CIRCULANTE		111.359	116.013
Contas a pagar		111.359	116.013
Obrigações a pagar.....	7	110.448	114.942
Impostos e encargos sociais a recolher.....	8	549	93
Encargos trabalhistas		220	-
Impostos e contribuições.....		142	978
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		95.383	160.749
Contas a pagar		95.383	160.749
Obrigações a pagar.....	7	95.383	160.749
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	2.647.362	1.023.443
Capital social.....		2.725.377	1.127.835
Ajuste de avaliação patrimonial.....		19	52
Prejuízos acumulados		(78.034)	(104.444)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.854.104	1.300.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2025 E 2024**

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais - Equivalência Patrimonial.....	6	55.900	(26.545)
Resultado Bruto.....		55.900	(26.545)
Outras despesas/receitas operacionais.....		80	-
Despesas administrativas.....	11. a	(20.207)	(10.130)
Despesas tributárias.....	11. b	(595)	(787)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras....		35.178	(37.462)
Resultado financeiro.....	11. c	(21.814)	16.805
- Receitas financeiras.....		12.808	16.890
- Despesas financeiras.....		(34.622)	(85)
Resultado patrimonial.....	6	(2.457)	-
Resultado antes dos impostos.....		10.907	(20.657)
Imposto de renda.....	11.d	11.399	(2.589)
Contribuição social.....	11.d	4.104	(941)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício.....		26.410	(24.187)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro/Prejuízo líquido do exercício.....	26.410	(24.187)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):		
Investidas.....	(33)	43
Total do resultado abrangente do exercício.....	26.377	(24.144)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024.....	412.835	9	(80.257)	332.587
Aumento de capital conforme AGE de 23.01.2024	50.000	-	-	50.000
Aumento de capital conforme AGE de 28.06.2024	490.000	-	-	490.000
Aumento de capital conforme AGE de 30.09.2024	50.000	-	-	50.000
Aumento de capital conforme AGE de 23.12.2024	125.000	-	-	125.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa.....	-	43	-	43
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(24.187)	(24.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	1.127.835	52	(104.444)	1.023.443
Aumento de capital conforme AGE de 28.03.2025	150.000	-	-	150.000
Aumento de capital conforme AGE de 25.11.2025	300.000	-	-	300.000
Aumento de capital conforme AGE de 25.11.2025	1.147.542	-	-	1.147.542
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa.....	-	(33)	-	(33)
Lucro líquido do exercício	-	-	26.410	26.410
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	2.725.377	19	(78.034)	2.647.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MODELO INDIRETO DO EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)**

	2025	2024
Resultado antes dos impostos.....	10.907	(20.657)
Ajustes para:		
Amortizações.....	2.457	-
Resultado de equivalência patrimonial.....	(55.900)	26.545
Prejuízo/lucro ajustado do período.....	(42.536)	5.888
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado.....	(131.169)	(116.172)
Títulos e créditos a receber.....	(16.588)	(2.372)
Contas a pagar.....	(54.362)	269.259
Caixa gerado pelas operações.....	(202.119)	150.715
Imposto de renda sobre o lucro pago.....	-	(36)
Contribuição social sobre o lucro pago.....	(155)	(1.269)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais.....	(244.810)	155.298
Atividades de Investimento		
Dividendos recebidos	-	3
Aquisição de investimentos.....	(205.679)	(869.846)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento.....	(205.679)	(869.843)
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital.....	450.000	715.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento.....	450.000	715.000
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa.....	(489)	455
Caixa e equivalente de caixa no início do período.....	489	34
Caixa e equivalente de caixa no final do período.....	-	489
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa.....	(489)	455

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Atlântica Hospitais Participações S.A. é uma Sociedade por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da Diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. Constituída com objeto exclusivo da Sociedade a participação no Capital Social de outras Sociedades como cotista ou acionista. O endereço registrado da sede da Sociedade é na Avenida Paulista, 1.450, 10º andar, Anexo Salão Executivo, Parte, Bela Vista, São Paulo, SP.

A Sociedade é controlada direta da Bradesco Gestão de Saúde S.A. e, em última instância do Banco Bradesco S.A.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2026.

2. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas no período apresentado nas demonstrações contábeis individuais.

a. Declaração de conformidade e base de preparação

As presentes demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

De acordo com o item 4 do CPC 36 (R3), a preparação das demonstrações contábeis consolidadas desta Sociedade não é requerida, uma vez que as demonstrações contábeis consolidadas do acionista controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), entidade domiciliada no Brasil, foram divulgadas em 06 de fevereiro de 2024 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação e moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Sociedade é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A nota explicativa impactada é a nº 4 – Aplicações.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Sociedade efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Sociedade efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Sociedade classifica os ativos financeiros na categoria mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Modelo de negócio

Configura a maneira pela qual a Sociedade administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês Solely Payment of Principal and Interest). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

(iii) Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento

inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

(v) Determinação do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

f. Investimentos

As participações acionárias em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O detalhamento dos investimentos, bem como o resultado de equivalência patrimonial estão apresentados na nota explicativa 7 – Participações Societárias.

g. Ágios sobre investidas

O ágio ou deságio são originados no processo de aquisição de investidas.

O ágio representa o excesso de custo da aquisição em razão da participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando há deságio, o montante é reconhecido imediatamente no resultado.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por *impairment* em relação a ágio sobre os investimentos em coligadas pode ser revertida.

h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Sociedade, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes), ou por apuração de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido

é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

j. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

k. Normas, alterações e interpretações de normas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são aplicáveis, mas não efetivas, pois não entraram em vigor, são como segue:

Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS 01 e 02) - Padrões de Divulgação de Sustentabilidade que trata a CFC 1710/23

As NBC's facultaram a adoção pelas empresas nos anos calendário de 2024 e 2025, sendo obrigatório a partir do ano de 2026. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

CPC 51 - IFRS18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

A principal alteração introduzida pelo CPC 51 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

Reforma Tributária – Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026

A Lei Complementar nº 214/2025, promulgada em janeiro de 2025, instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Comitê Gestor do IBS. A norma estabeleceu que, a partir de janeiro de 2026, os contribuintes passam a cumprir obrigações acessórias específicas, ainda que o recolhimento do IBS e da CBS permaneça dispensado durante o ano.

O cronograma de transição determina que, em 2027, serão extintos o PIS, Cofins, IPI e IOF-Seguros, com início da vigência plena da CBS. O IBS terá implementação gradual entre 2029 e 2032, substituindo progressivamente o ICMS e o ISS, alcançando vigência integral em 2033.

A Lei Complementar nº 227/2026, publicada em janeiro de 2026, instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), regulamentou o processo administrativo tributário do IBS e estabeleceu normas gerais relativas ao ITCMD.

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da reforma tributária, avaliando potenciais impactos operacionais, fiscais e contábeis. Contudo, a análise definitiva dos efeitos depende da edição dos regulamentos infralegais pendentes de publicação, que detalharão as regras de implementação.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, com o objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional, e são, conseqüentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é realizado por meio de políticas e procedimentos de avaliação da qualidade de crédito das contrapartes, considerando limites de exposição, prazos e perfil de risco. As exposições são monitoradas continuamente, com acompanhamento de eventuais deteriorações e adoção de medidas de mitigação, quando aplicável.

Exposição ao risco de crédito

O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

Aplicações / Rating	AAA	
	2025	2024
Valor justo por meio do resultado.....	249.018	117.848
Título de renda fixa público (*).....	163.036	64.657
Título de renda fixa privado.....	85.982	53.191
Total.....	249.018	117.848

(*) Os títulos públicos classificados como AAA referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, prazos de vencimento e disponibilidade de recursos, visando assegurar o cumprimento das obrigações da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

Ativo	fluxo de ativos	fluxo de passivos
Fluxo de 0 a 3 meses.....	11.385	-
Fluxo de 4 a 12 meses.....	683	111.152
Fluxo de 13 a 60 meses.....	24.743	95.525
Fluxo acima de 60 meses.....	212.207	-
	<u>249.018</u>	<u>206.677</u>

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

A Companhia avaliou a composição dos seus instrumentos financeiros e tendo em vista que possui exposição em ativos de renda fixa pós fixados (LFT e Letras Financeiras de emissão privada) e operações compromissadas, em carteira ou fundo, consideradas de baixo risco, concluiu que o risco de mercado oriundo destes instrumentos não é representativo.

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é exercido de forma corporativa, com permanente avaliação.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2025	%	2024	%
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	249.018	100%	117.848	100%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos.....	249.018	100%	117.848	100%
Total	249.018	100%	117.848	100%

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

2025								
	1 a 30 dias ou sem vencimento				Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
	definido	31 a	181 a 360	180 dias				
		dias	dias					
Títulos a valor justo por meio do resultado	11.385	683	24.743	212.207	249.018	248.221	797	
Letras financeiras do tesouro	-	683	18.744	143.609	163.036	163.031	5	
Letras financeiras de emissores privados.....	-	-	5.999	68.598	74.597	73.805	792	
Letras do tesouro nacional – Op. Compromissadas.....	11.385	-	-	-	11.385	11.385	-	
Total	11.385	683	24.743	212.207	249.018	248.221	797	

2024								
	1 a 30 dias ou sem vencimento				Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
	definido	31 a	181 a 360	180 dias				
		dias	dias					
Títulos a valor justo por meio do resultado	10.539	2.014	23.898	81.397	117.848	117.114	734	
Letras financeiras do tesouro	-	-	23.898	40.758	64.656	64.672	(16)	
Letras financeiras de emissores privados.....	-	2.014	-	40.639	42.653	41.903	750	
Letras financeiras do tesouro – Op. Compromissadas....	10.218	-	-	-	10.218	10.218	-	
Letras do tesouro nacional – Op. Compromissadas.....	321	-	-	-	321	321	-	
Total	10.539	2.014	23.898	81.397	117.848	117.114	734	

c. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	163.036	11.385	74.597	249.018	64.656	10.539	42.653	117.848
Letras financeiras do tesouro.....	163.036	-	-	163.036	64.656	-	-	64.656
Letras financeiras de emissores privados	-	-	74.597	74.597	-	-	42.653	42.653
Letras financeiras do tesouro - Op. Compromissadas.....	-	-	-	-	-	10.218	-	10.218
Letras do tesouro nacional - Op. Compromissadas.....	-	11.385	-	11.385	-	321	-	321
Total	163.036	11.385	74.597	249.018	64.656	10.539	42.653	117.848

d. Movimentação das aplicações financeiras

	Títulos a valor justo por meio do resultado	
	2025	2024
Saldo em 1º janeiro	117.848	1.676
(+) Aplicações	326.418	666.664
(-) Resgates	(207.572)	(567.382)
(+) Rendimentos	12.324	16.890
Saldo em 31 de dezembro	249.018	117.848

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2025, o desempenho global dos fundos de investimentos, atingiu 101,49% (107,04% em 2024) no acumulado do período, em relação ao referido *benchmark*.

5. Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2025			2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos a compensar	5.148	-	5.148	4.002	-	4.002
Finsocial.....	-	-	-	33	-	33
Créditos tributários (b-i)	-	22.666	22.666	-	7.203	7.203
Total.....	5.148	22.666	27.814	4.035	7.203	11.238

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Movimentação dos créditos tributários

	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Prejuízo fiscal.....	5.650	15.083	-	20.733
Outros.....	1.553	1.599	(1.219)	1.933
Total dos creditos tributários sobre diferenças temporárias.....	7.203	16.682	(1.219)	22.666

	Saldo em 01/01/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal.....	6.736	-	(1.086)	5.650
Outros.....	1.770	123	(340)	1.553
Total dos creditos tributários sobre diferenças temporárias.....	8.506	123	(1.426)	7.203

c. Previsão de realização dos créditos tributários

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026.....	1.421	511	3.049	1.098	6.079
2027.....	-	-	3.049	1.098	4.147
2028.....	-	-	3.049	1.098	4.147
2029.....	-	-	3.049	1.098	4.147
2030.....	-	-	3.049	1.097	4.146
	1.421	511	15.245	5.489	22.666

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

6. Participações Societárias

As participações societárias estão assim apresentadas:

	Novamed Gestão de Clínicas Ltda.	ABPF Oncologia S.A.	Pacífico Operações Hospitalares S.A. (ii)	Hospital Santa Lucia S.A. (iii)	Nova Marília Adm de Bens Móveis e Imóveis Ltda. (iv)(v)	Outras cias (iv)(v)	Total
Dados 31 de dezembro de 2025							
Capital social.....	482.000	113.000	70.110	1.041.118	1.151.825	-	
Quantidade de ações/cotas possuídas:							
- ON.....	482.000.000	37.662.901	82.491.803	190.822.741	1.151.825.072	-	
Percentual de participação na data base.....	100,00%	33,33%	49,99%	20,00%	100,00%	0,00%	
Total de ativos.....	439.907	95.029	2.099.193	2.795.464	1.156.951	-	
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	159.224	33.099	1.456.876	1.328.238	34	-	
Provisões judiciais	221	-	82	6.180	-	-	
Patrimônio líquido	280.462	61.930	642.235	1.461.045	1.156.917	-	
Total das receitas.....	209.449	47	192.598	1.046.186	9.928	-	
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício.....	(9.349)	(38.416)	103.928	156.362	8.030	-	
Saldo em 1º de janeiro de 2024.....	312.686	14.603	-	-	-	-	327.289
Aquisição de investimento.....	-	-	88.719	204.652	-	2	293.373
Ágio.....	-	-	-	536.471	-	-	536.471
Aumento de capital.....	-	-	39.992	-	-	10	40.002
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....	43	-	-	-	-	-	43
Dividendos/juros sobre capital próprio.....	-	(3)	-	-	-	-	(3)
Resultado de equivalência patrimonial.....	(22.884)	(3.642)	(3.234)	3.221	-	(6)	(26.545)
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	289.845	10.958	125.477	744.344	-	6	1.170.630
Aquisição de investimento.....	-	-	77.958	(19.324)	-	10	58.644
Incorporação	-	-	-	-	2.685	1.144.857	1.147.542
Transferência entre empresas.....	-	-	-	-	1.149.325	(1.149.325)	-
Ágio.....	-	-	39.701	-	-	-	39.701
Aumento/Redução de capital.....	-	23.333	76.240	7.710	-	50	107.333
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....	(33)	-	-	-	-	-	(33)
Amortização de ágio.....	-	-	-	(2.457)	-	-	(2.457)
Resultado de equivalência patrimonial.....	(9.350)	(13.648)	41.378	28.178	4.907	4.435	55.900
Saldo em 31 de dezembro de 2025.....	280.462	20.643	360.754	758.451	1.156.917	33	2.577.260

- (i) Em 28 de janeiro de 2025, a Sociedade fez um aporte de R\$ 10 para constituição de uma nova Companhia denominada Atlântica Zona Norte Serviços Hospitalares S.A.
- (ii) Em 15 de agosto de 2024, a Sociedade fez um aporte de R\$ 88.719 para a aquisição de 49,99% de participação societária na Companhia denominada Pacífico Operações Hospitalares S.A.. Foi firmado uma parceria com a RDSLOH Operações Hospitalares S.A. (Rede D'or). A gestão da operação ficará por conta da Rede D'Or.

Em março de 2025, 100% do Hospital Campinas foi aportado pela RDSLHO na Pacífico por seu valor contábil, em troca de 143.140.460 novas ações emitidas pela Pacífico ("Novas Ações"). Concomitantemente, a Atlântica adquiriu da RDSLHO 71.555.916 ações da Pacífico, equivalente a 49,99% das Novas Ações, mantendo as participações da RDSLHO e Atlântica na Pacífico anteriores à Transação (50,01% e 49,99% respectivamente).

Os valores da transações são os seguintes:

Valor pago (49,99%) de participação societária.....	117.659
Valor patrimonial em 28 de fevereiro de 2025.....	<u>77.958</u>
ágio na aquisição de ativos	39.701

A Sociedade está elaborando o laudo de alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation – PPA) para alocação do ágio entre a mais valia dos ativos adquiridos e a expectativa de rentabilidade futura (goodwill), que será finalizado durante o exercício de 2026, quando a avaliação dos intangíveis e imobilizados forem concluídas.

- (iii) Em 30 de setembro de 2024, a Sociedade fez um aporte de R\$ 742.239 para aquisição de 190.822.741 ações no qual passará a deter 20% do capital social total do Hospital Santa Lúcia S.A. Foi firmado uma parceria com os Acionistas da Família Leal, que por sua vez, ira deter o restante do capital da investida.

A liquidação financeira foi efetuado da seguinte forma: pagamento a vista de R\$ 470.000 em espécie e, R\$ 30.000 a ser pago ainda em 2025 e, o saldo residual de R\$ 242.239 que está condicionada a resultados futuros (Earn-out), será dividido em 3 parcelas anuais, corrigidas pelo CDI avaliados anualmente na data de fechamento. A parcela condicionada a resultados futuros foi reconhecida pelo valor justo com base nas estimativas estabelecidas pela Sociedade em relação ao incremento no resultado da Adquirida pela parceria estratégica com o Sociedade. O valor justo do Earn-out em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 190.162.

Os valores da transações são os seguintes:

Valor pago (20,00%) de participação societária.....	741.123
Valor patrimonial em 30 de novembro de 2024.....	<u>272.424</u>
ágio na aquisição de ativos	468.699
Alocação do preço de aquisição dos intangíveis/imobilizado:	
- Imobilizados	192.208
- Marcas	36.681
- Ágio (goodwill) (*).....	<u>239.810</u>
	468.699

(*) O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos do investimento adquirido.

- (iv) Em 25 de novembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, a Administração promoveu uma reorganização societária visando maior sinergia e eficiência operacional, através de uma cisão parcial foi deliberado o aumento de capital mediante a capitalização dos investimentos das seguintes empresas BSP Empreendimento Imobiliários D148 Ltda, BSP Empreendimento Imobiliários D104 Ltda, Pacífico Holding Imobiliária Hospitais S.A., e Nova Marília Administração de Bens Móveis e imóveis Ltda. (maiores detalhes constam na nota explicativa 9-b).

- (v) Em 30 de dezembro de 2025, sequenciando a reorganização societária, a Companhia aumentou o capital na investida Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis

Ltda, mediante entrega dos investimentos que detinha nas cias BSP Empreendimento Imobiliários D104 Ltda., BSP Empreendimento Imobiliários D148 Ltda. e Pacífico Holding Imobiliária Hospitalar S.A.

7. Obrigações a pagar

	2025	2024
Valores a pagar pela compra de participação societária (nota 6)....	200.870	271.123
Honorários, remunerações e gratificações a pagar.....	4.896	4.486
Outras obrigações.....	65	81
Fornecedores.....	-	1
Total.....	205.831	275.691

8. Impostos e encargos sociais a recolher

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte a recolher.....	285	46
Contribuições previdenciárias.....	229	39
Outros impostos e encargos a recolher.....	35	8
	549	93

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 27.396.025.078 (10.741.456.820 em 2024) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

b) Atos societários

Em 28 de março de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 150.000 aumentando de R\$ 1.127.835 para R\$ 1.277.835, com a emissão de 1.605.718.795 novas ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, em moeda corrente nacional.

Em 2025, a Administração promoveu algumas reorganizações societárias visando maior sinergia e eficiência operacional. Os fatos ocorreram conforme segue:

Em 25 de novembro de 2025 por meio de Assembleia Geral Extraordinária, em decorrência da Cisão parcial efetuada pelas empresas ligadas BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. e Bradesco Segprev Investimentos e Participações Ltda., foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 1.447.542, integralizados da seguinte forma:

- a) R\$ 300.000 em moeda corrente nacional;
- b) R\$ 1.147.542, mediante a capitalização dos investimentos representados por;

- i. 33.700.000 cotas correspondente a 100% de participação no patrimônio da BSP Empreendimento Imobiliários D104 Ltda., no valor de R\$ 34.849;
- ii. 25.000.000 cotas correspondente a 100% de participação no patrimônio da BSP Empreendimento Imobiliários D148 Ltda., pelo valor de R\$ 26.657;
- iii. 2.500.000 cotas correspondente a 100% de participação no patrimônio Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda, no valor de R\$ 2.685; e
- iv. 898.623.536 ações, correspondente a 49,99% de participação no patrimônio da Pacífico Holding Imobiliária Hospitalar S.A. pelo valor de R\$ 1.083.351.

A operação resultou na emissão de 15.048.849.463 novas ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal. A cisão parcial que resultou no aumento de capital ocorreu mediante emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, elaborado para a data-base de 30 de setembro de 2025.

c) Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

10. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo	
	2025	2024
Banco Bradesco S.A.(controlador) (a).....	11.385	43.142
Total	11.385	43.142

	Despesas	
	2025	2024
Banco Bradesco S.A.(controlador) (b)....	(21)	(20)
Alelo S.A (c).....	(7)	-
Total	(28)	(20)

- (a) Refere-se a saldo em conta corrente, operações compromissadas, aplicações em ações via fundos de investimentos.
- (b) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.
- (c) Despesas com serviços prestados.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Foi determinado o valor máximo de R\$ 9.120 (R\$ 4.500 em 2024), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores. No exercício a remuneração dos Administradores monta R\$ 9.786 (R\$ 9.100 em 2024).

b. Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº4(b), tem como contraparte o Banco Bradesco S.A.

A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal-chave da Administração.

11. Detalhamento das contas de resultado**a. Despesas Administrativas**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas com pessoal próprio:	(17.521)	(8.456)
- Honorários da administração	(9.351)	(3.204)
- Ordenados	(4.153)	(3)
- INSS/FGTS	(3.400)	(640)
- Planos de previdência privada	(541)	(4.609)
- Programa de alimentação ao trabalhador.....	(11)	-
- Participações sobre o resultado	(65)	-
Despesas com serviços de terceiros	(2.433)	(1.189)
Despesas com localização e funcionamento	(235)	(398)
Despesas com publicidade e propaganda	(3)	-
Despesas com publicações legais	(11)	(81)
Despesas administrativas diversas	(4)	(6)
Total.....	<u>(20.207)</u>	<u>(10.130)</u>

b. Despesas com tributos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas com PIS	(83)	(110)
Despesas com COFINS.....	(512)	(675)
Outras despesas com tributos.....	-	(2)
Total.....	<u>(595)</u>	<u>(787)</u>

c. Resultado financeiro**i.- Receitas financeiras**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas com títulos de renda fixa.....	12.324	16.890
Outras receitas financeiras.....	484	-
Total.....	<u>12.808</u>	<u>16.890</u>

ii. - Despesas financeiras

Taxa de escrituração de ações e custódia.....	(67)	(72)
Atualização monetária sobre contraprestação <i>earn-out</i> (*) ...	(34.530)	-
Outras despesas financeiras	(25)	(13)
Total.....	<u>(34.622)</u>	<u>(85)</u>
Total geral.....	<u>(21.814)</u>	<u>16.805</u>

(*) Refere-se à aquisição de 20% do Hospital Santa Lúcia S.A. que ocorreu em 30 de setembro de 2024. Maiores detalhes constam na nota explicativa 6.

d. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporária.....	15.462	(1.302)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	41	(2.228)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	<u>15.503</u>	<u>(3.530)</u>

12. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado antes de impostos e contribuições.....	10.907	(20.657)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(3.731)	7.023
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas e coligadas	19.007	(9.025)
Participações no resultado	(22)	-
Outros Valores	249	(1.528)
Imposto de renda e contribuição social no exercício.....	15.503	(3.530)
Alíquota efetiva.....	<u>-142,14%</u>	<u>-17,09%</u>

13. Outras informações

Em setembro de 2025, o Banco Bradesco S.A. informou aos seus acionistas que a Atlântica Hospitais e Participações S.A., companhia voltada ao investimento em hospitais e controlada indiretamente pelo Bradesco e pela Bradseg Participações S.A., celebrou um Acordo de Investimento com o grupo Rede D'Or São Luiz S.A. para incluir o Hospital Glória D'Or na rede hospitalar Atlântica D'Or, na data de 1º de setembro de 2025, e a Maternidade São Luiz Star, localizada em São Paulo/SP, na data de 10 de novembro de 2025, ampliando a parceria previamente divulgada em 8 de maio e 1º de novembro de 2024. A estrutura societária permanece inalterada, com participação de 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para a Atlântica, sendo a gestão médica do Hospital Glória D'Or de responsabilidade da Rede D'Or.

Diretoria

Rodrigo Bacellar Wuerkert	- Diretor-Presidente
Alexandre Nogueira da Silva	- Diretor
Antonio Alexandre Arias	- Diretor
Marcelo de Souza Monteiro	- Diretor
Thais Jorge de Oliveira e Silva	- Diretor
Vinicius Marinho da Cruz	- Diretor

Alberto Barcellos Miranda
Contador - CRC 1RJ094195/O-2 S SP